

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Minas Class.: 18

Data: 16/05/86 Pg.: _____

190 Conflito de terras em Itacarambi mata e fere índios. Cimi denuncia

Mais uma morte envolvendo conflitos de terras no Norte de Minas, agora de um índio, enquanto dois ficaram feridos e três pistoleiros também saíram baleados. O tiroteio começou na madrugada de ontem, numa festa de casamento da aldeia Pindaíba, no município de Itacarambi, envolvendo posseiros e índios da reserva dos Xacriabás. A denúncia foi feita pelo CIMI (Conselho Missionário Indigenista), que exige a intervenção da Polícia Federal como única medida para solucionar o problema de "extrema tensão" na região.

O conflito foi motivado pela posse de terra na área Xacriabá, que vem se arrastando sem solução, desde 1969. Padre Carlo Ubaldi, vice-presidente do CIMI, juntamente com Fábio Alves dos Santos, representante do Conselho, denunciaram, ainda, que "todo o trabalho do Serviço de Segurança do Estado tem sido conivente com a ação dos fazendeiros".

CONFLITO

Desde 1969 que área Xacriabá é invadida por posseiros, quando a Ruralminas inicia seu projeto econômico no município de Itacambira. Na década de 70, os conflitos são acirrados e em 1982 acontece uma chacina, na aldeia Sapé, dentro da reserva indígena, com o saldo de quatro mortes (incluindo uma mulher grávida) e um índio que ficou paralisado.

A situação passa a ficar mais dramática em 1982, com a entrada do prefeito de Itacarambi, José Ferreira de Paula, na disputa pelo terreno indígena. O prefeito diz ter comprado as terras do xacriabás, do grileiro de Montes Claros, Manoel Caribé Filho. De 82 a 84 o prefeito vai ampliando sua grilagem e cercando e expulsando os índios.

A situação se agrava e a Justiça

Federal, através do Juiz Euclides Aguiar, concede liminar reintegrando os xacriabás em suas terras. Mesmo com o amparo legal, o prefeito com seus jagunços recebem os índios à bala, ferindo um deles e dois pistoleiros. Mesmo assim os índios ocuparam suas terras.

Em dezembro de 85, o fazendeiro Gonçalo dos Santos (conhecidos como Gongga), armado com mais 30 jagunços, dentre eles o Alfredão, saquearam a fazenda Sapé. Foram três casas dos índios destruídas, 17 famílias desabrigadas, além da destruição da lavoura, e do gado dos xacriabás. Desta feita, o Juiz Federal ordena a Polícia Federal para proteger os índios na sua reintegração nas terras.

No conflito de anteontem, morreu o índio José Maria Pereira Lopes e foram feridos Manoel Fiuza da Silva e José Pereira Lopes (conhecido como Zê Benvindo). "Isso é o retrato de que a situação exige uma solução imediata. Os posseiros estão sendo usados como buchas de canhão nas mãos dos grileiros e fazendeiros" — disse o representante do Cimi. É necessário, antes de tudo, que os posseiros se estabeleçam em suas áreas para evitar que problemas como esse se repitam, indica Fábio Alves.

De acordo com o representante do Cimi, Fábio Alves, a situação é de "extrema tensão" já que os quatro mil índios se encontram organizados e dispostos a defender seus direitos de proprietários da terra. Ao mesmo tempo, o Incra está encaminhando o processo de desapropriação de latifúndios, próximo à reserva dos xacriabás, para assentar cerca de 100 famílias de posseiros.

A Cimi nacional está encaminhando um telex ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, pedindo a intervenção imediata da Polícia

Federal na região, já que, na visão do Cimi, "as polícias locais civil e militar defendem os interesses dos grileiros", como disse Fábio. O Cimi revela, ainda, que no dia 10 passado maio estive com o secretário de Segurança, José Rezende, e ele mostrou sua posição "muito parecida com a dos fazendeiros".

GOVERNADOR

Enquanto Minas não entra no Plano de Reforma agrária do presidente Sarney, os conflitos vão se multiplicando no Estado. Nos primeiros quatro meses de 1986, foram assassinados 15 lavradores. Em crimes que além do requinte em armas, observa-se o requinte em que foram planejados.

Em visita a São Sebastião do Paraíso, no interior mineiro, no dia 8 passado, o governador Hélio falou sobre a reforma agrária no Estado. "Eu entendo mais de Minas Gerais do que o presidente Sarney e seus fiscais do Incra", disse o governador. O assunto entrou em questão depois do governador revelar que o ministro do Desenvolvimento Urbano, Nelson Ribeiro havia, mandado um diretor do Incra para conversar com ele sobre a Reforma. Hélio Garcia não recebeu o representante e afirmou: "Um assunto tão importante eu não discuto com diretor, recebo o ministro".

Quanto à reforma agrária, o governador revelou não ser o processo único de distribuição de terras. Para ele, a reforma não vai resolver o problema, ainda gerando um problema de "favelização do campo, indo para o mesmo caminho do BNH, ou seja, o fracasso. Disse, ainda, que o fundamental da Reforma Agrária seria garantir a produtividade, mas não respondeu à indagação de quais outras formas poderiam resolver os problemas do campo.